

Capítulo K3

Borda Ocidental do Caribe

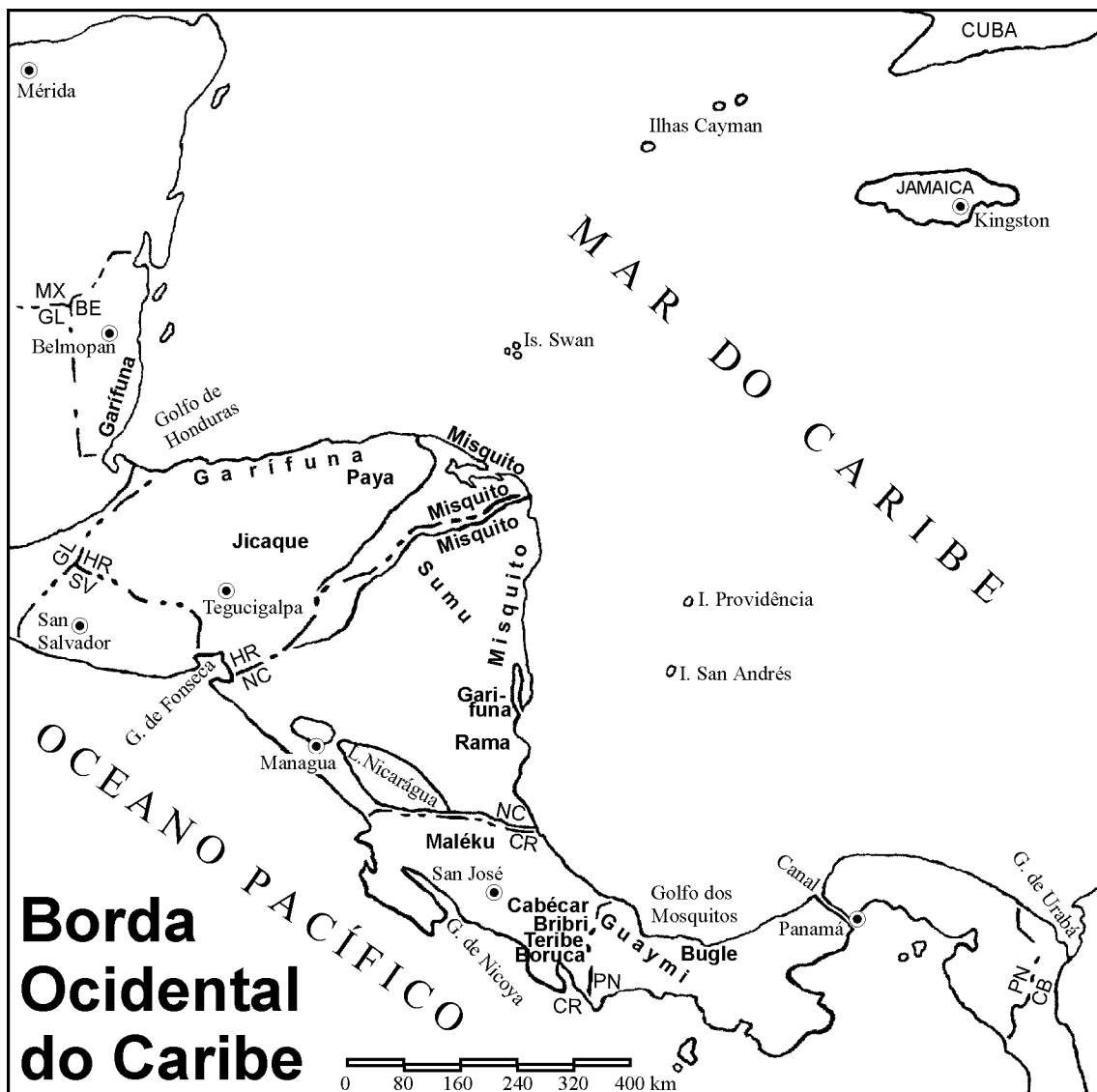
Página inicial	Lista das áreas
--------------------------------	---------------------------------

Tradicionalmente denomina-se América Central a estreita faixa continental que se estende do Panamá à Guatemala, incluindo, pois, também a Costa Rica, a Nicarágua, Honduras e El Salvador. Nos atlas geográficos, a América Central costuma figurar na mesma folha da América do Norte, como se fosse um apêndice de sua grande extensão continental. Graficamente, é mais cômodo apresentá-la junto à América do Norte do que ligada à do Sul. Entretanto, se considerarmos a presença de línguas das famílias aruaque, chibcha e xocó e o cultivo da mandioca, ela pode mais apropriadamente ser considerada como parte da América do Sul. Julian Steward, o organizador do *Handbook of South American Indians*, incluiu boa parte de seus povos no volume 4 desta obra junto com os do noroeste da América do Sul e aqueles indígenas que outrora habitaram as Antilhas (Johnson, 1948a, 1948b e 1948c; Kirchhoff, 1948; Stone, 1948). A América Central, o norte da América do Sul e as Antilhas formam uma grande elipse em volta do mar de Caribe, o que justifica o nome de circuncaribeanas que Steward aplicou a suas culturas.

Por outro lado, os etnólogos há muito chamam de Mesoamérica a uma grande área marcada pela influência cultural das grandes civilizações do México e Guatemala, a qual perdurou, transformada pela administração dos conquistadores espanhóis: imposição do catolicismo, introdução das instituições municipais ibéricas, instrumentos de ferro, novos animais e vegetais. Um texto clássico de Kirchhoff (1968) delimita o norte da Mesoamérica por uma linha sinuosa irregular que corta o México na altura do trópico de Câncer, e o sul por uma linha desde a foz do rio Motágua, que desemboca no golfo de Honduras, no Caribe, até o golfo de Nicoya, no litoral pacífico da Costa Rica. Talvez esta última poderia ser puxada até mais para o sul, pois os Aztecas teriam mantido a guarnição ou colônia avançada de Sigua no sudoeste da Costa Rica, que deixou marcas na memória e na cultura dos índios desta região (Minelli, 1976). Mesmo por sobre esta linha imaginária houve um intenso intercâmbio nos tempos pré-hispânicos (Helms, 1976, pp. 2-7).

Por conseguinte, a área de que tratarei aqui inclui apenas uma parte da América Central, aquela voltada para o mar de Caribe, desde Belize até o Panamá. Só nas vizinhanças da fronteira Costa Rica–Panamá ela também inclui a vertente do Pacífico. Não me estenderei para além do canal interoceânico do Panamá, pois os povos que lhe ficam a leste estão considerados em outra área etnográfica, a Santa Marta–Maracaibo. Evitei chamar de América Central a área de que aqui vou tratar, para não confundi-la com a Mesoamérica, pois ambos os nomes se referem a algo que está no centro ou meio da América). Daí ter preferido Borda Ocidental do Caribe.

De modo a ordenar a apresentação vou distribuir os povos desta área em três conjuntos, segundo critérios que se farão explícitos à medida que ela se desenvolver.



Golfo de Honduras e costa dos Mosquitos

O primeiro conjunto inclui dois povos de população numerosa voltados para o mar, os garífunas e os misquitos, e seus vizinhos sumus e ramas. A expansão dos garífunas e dos misquitos ao longo da costa desde Belize até a Nicarágua está bastante associada às pretensões britânicas à colonização desta área, que perduraram até meados do século XIX, quando se reduziram ao trecho que veio a ser Belize. A colonização espanhola na América Central concentrou-se na vertente do Pacífico, deixando a outra margem, a do mar de Caribe, desguarnecida, que passou a ser freqüentada por bucaneiros e objeto de ensaios de colonização britânicos.

Garífunas. Talvez pareça um tanto forçado incluir os garífunas num texto dedicado a povos indígenas. Descendem principalmente de africanos, dos quais guardam copiosa herança cultural, mas tiveram intenso convívio com os habitantes indígenas de uma das ilhas das Antilhas, dos quais aprenderam a língua, que fizeram sua. Apesar de serem conhecidos também como caribes negros, sua língua é da família aruaque.

Os garífunas foram também objeto de uma das poucas pesquisas etnográficas realizadas por brasileiros no exterior. Ruy Coelho, professor da Universidade de São Paulo, já falecido, fez sua pesquisa entre eles, na localidade de Trujillo, em Honduras, em 1947-1948, para elaborar sua tese de doutorado na Universidade Northwestern, em Evanston (vizinha de Chicago). Sua tese foi publicada muitos anos depois, em português. Conforme seu histórico (Coelho, 1964, pp. 22-37), quando os franceses, holandeses e ingleses começaram a disputar com os espanhóis o domínio das ilhas do mar de Caribe no início do século XVII, as Grandes Antilhas já estavam plenamente asseguradas por estes, mas várias das Pequenas Antilhas ainda não tinham sido conquistadas aos índios. Numa delas, a de San Vicente, começou a se formar uma população de negros, prisioneiros trazidos pelos índios dos estabelecimentos espanhóis que atacavam, naufragos de navios negreiros, ou mesmo fugidos das propriedades dos colonos. Pouco a pouco os índios foram se fazendo amigos e aliados dos negros e juntos defendiam a ilha contra os antigos e os novos colonizadores europeus que chegavam. A resistência chegou a gerar um primeiro tratado, em 1660, entre índios, de um lado, e ingleses e franceses, de outro, em que se considerava San Vicente e Dominica como território indígena. A população negra crescia inclusive com a chegada de novos escravos fugidos de Barbados, e sua amizade com os índios entrava em crise no final do século XVII, separando-se espacialmente deles, mas na mesma ilha. A presença de negros livres numa ilha vizinha àquelas onde colonos mantinham escravos era incômoda aos europeus, e San Vicente foi atacada sem sucesso, em 1719 por franceses, em 1723 por ingleses até que, pelo tratado de Paris de 1763, a ilha passou ao domínio inglês, que fez distribuição e venda de terras a colonos sem consulta aos negros, que se levantaram, até que um novo tratado de paz foi assinado em 1773. As condições oferecidas pelos ingleses permitiram um período de prosperidade aos negros. Mas a guerra de independência norte-americana e a revolução francesa levaram os negros a se envolverem a favor dos franceses. A derrota destes nas Antilhas fez com que os ingleses resolvessem se livrar definitivamente da presença dos negros de San Vicente, transferindo-os em 1797 para a ilha de Roatam, na baía de Honduras. Uma força espanhola, tomando essa transferência como uma invasão, dado o estado de guerra com os ingleses, se dirigiu à ilha, mas dando-se conta das disposições amistosas dos negros, permitiu que passassem ao continente.

A partir de então os garífunas se espalharam pelo litoral de Honduras, tomando parte nos acontecimentos conflituosos do país ao longo dos séculos XIX e XX. As perseguições que sofreram por se terem colocado ao lado daqueles que, após a independência, queriam restituir Honduras à Espanha em 1832 fizeram uma parte deles migrar para Honduras Britânica (atual Belize) ou buscarem a proteção do “rei” dos índios misquitos, que lhes permitiu a fixação a oeste do rio Tinto.

No tempo da pesquisa de Ruy Coelho, os garífunas eram cerca de 50.000 espalhados ao longo do litoral de Belize, Guatemala, Honduras e pequeno trecho da Nicarágua, em bairros próprios de cidades maiores dos dois primeiros países, estando também presentes em Chicago, Londres e New York, onde tinham clube próprio (pp. 38-41). Referindo-se a Honduras, diz Coelho que os garífunas moradores do litoral viviam em aldeias com ruas cortadas em ângulo reto e divididas em bairros, cada qual dirigido por um funcionário, o comandante. O cargo de governador do departamento de Colón e as duas cadeiras de sua câmara foram várias vezes preenchidos por garífunas. As fileiras do exército também estavam abertas para eles. A opinião dos anciãos era geralmente acatada. O princípio da senioridade também era importante no seio da

família, entre pais e filhos e entre irmãos. E na relação com os mortos, uma vez que os ancestrais continuavam a velar pela família e a orientá-la. Dada a sua aceitação do catolicismo, pregado entre eles pelo Padre Subirana (beatificado pela Igreja Católica) na segunda metade do século XIX, o compadrio era constituinte importante de suas relações de parentesco. A harmonia e a solidariedade entre os membros do grupo era fortemente estimulada. Assim, tarefas que exigem muito trabalho, como a construção de uma casa ou o transporte de uma canoa, desde o local na mata onde o tronco é derrubado e escavado até a praia onde recebe o acabamento, contam com a colaboração de vizinhos e amigos (pp. 41-54). Cabe à mulher os cuidados da roça e o homem se dedica à pesca. Mas há também os que cortam mogno, os comerciantes, os donos de grandes plantações, os marinheiros. Estes dispõem de meios para manter mais de uma esposa, na mesma ou em outras aldeias. Essas relações poligâmicas, não admitidas pela lei ou pela religião católica, se mantêm sem que as mulheres se envolvam em conflito aberto. Estimativas de Coelho referentes a três aldeias mostraram que 20 a 25% dos homens adultos sustentavam duas casas (pp. 60-65). Mandioca, bananas, cocos, além de servirem ao preparo das refeições, são também artigos de comércio. Derivados da mandioca são vendidos aos ladinos, que preferem o beiju ao pão. Bananas e cocos são artigos de exportação, assim como lagostas. A amêndoa de um vegetal chamado corozo é vendida às fábricas de sabão e óleo comestível. Os homens encontram emprego na extração do mogno, na marinha, assim como encontraram no passado também na construção do canal de Panamá; e as mulheres, como empregadas domésticas nas cidades. Uma outra fonte de rendimentos para os homens é exercer atividades de curandeiro (pp. 65-86).

Ruy Coelho dedica uma parte substancial de seu texto à descrição das crenças e ritos religiosos. Assim, apresenta os três distintos componentes espirituais da pessoa humana, um dos quais os garífunas tendem a identificar com a alma segundo a concepção cristã. Descreve também uma série de espíritos que assediam os seres humanos ou com eles interagem. Também fala das ações dos bruxos, bem como do uso de filtros e talismãs mágicos. Descreve os procedimentos dos funerais e ritos que podem ser exigidos pelo morto, como um banquete aos ancestrais deificados. Este rito tem como centro um pequeno monte feito com terra dos caminhos por onde andaram os ancestrais, água tirada dos riachos onde costumavam beber e até moedas que poderiam ter passado por suas mãos. Os ancestrais, invocados, comparecem, consomem a parte espiritual dos alimentos, depois partilhados pelos vivos, e finalmente entregues à pilhagem das crianças. Num outro rito, mais demorado, mais elaborado e mais raramente realizado, os ancestrais, além de comparecer, são recebidos em possessão por alguns dos participantes, geralmente moças solteiras. Nele também se sacrifica um galo (pp. 86-135). Ruy Coelho procura identificar a origem — se indígena, africana ou européia — dos elementos integrantes dessas crenças e ritos garífunas bem como de outros itens de sua cultura (pp. 164-172).

Misquitos. A costa dos Mosquitos se estende desde o cabo Camarón em Honduras, até a foz do rio San Juan, na fronteira Nicarágua–Costa Rica. Talvez seu limite sul não seja tão bem definido, pois mais ao sul está o golfo dos Mosquitos no Panamá. Esse trecho do litoral, mais a planície que dele avança para o interior da Nicarágua também recebe o nome de Mosquitia. Embora costa dos Mosquitos pareça uma expressão auto-explicativa, há divergências entre autores sobre sua origem. O nome “mosquito”, do espanhol, estendido desde cedo a seus habitantes indígenas,

pronunciado de diferentes maneiras pelos exploradores europeus falantes de outras línguas, acabou resultando em “misquito”.

Os índios misquitos têm também uma história muito associada à disputa entre os colonizadores. A Espanha não deu muita atenção a essa costa, de modo que passou a ser freqüentada por navegantes de outras nações, quase sempre corsários e piratas, bem como a ela vieram dar africanos de navios naufragados. Estes relacionaram-se com misquitos, dando origem aos zambos-misquitos. A partir do século XVII, os ingleses procuram trazer essa costa para seu domínio, o que fazia parte de um esforço maior de conquistar as Antilhas aos espanhóis. Comerciantes ingleses estabelecidos em Bluefields, hoje cidade nicaragüense, se articulavam numa rede desde o Lucatã ao Panamá, que envolvia a exportação de salsaparrilha, madeira para reparo e construção de navios, pau-de-campeche, cascos de tartaruga, além de fazerem contrabando com os colonos espanhóis do oeste, de quem obtinham prata em moeda e em bruto, couros e outros artigos. Com ajuda dos zambos-misquitos, índios de outras etnias eram aprisionados desde o interior da Nicarágua até a serra de Talamanca, no sul da Costa Rica, e exportados como escravos para a Jamaica, já sob domínio inglês. Os ingleses chegaram a forjar um reino, fazendo um rei misquito em 1683. Com apoio material dos ingleses, este reino manteve domínio sobre vasta área, que incluía o oriente da Nicarágua, bem como áreas vizinhas de Honduras e Costa Rica. Somente em 1786, por meio de um tratado, os ingleses devolveram à Espanha a região, que não teve sucesso em instalar colonos, mas em compensação o reino misquito, sem o comércio inglês, acabou entrando em declínio. Sobre a presença inglesa na região no período colonial, vale a leitura do artigo de Flor de Oro Solórzono (1993a).

Mas o tratado com a Espanha não marca o fim da presença inglesa, pois quase oitenta anos depois, em 1860, os ingleses firmam um tratado em que reconhecem a soberania da Nicarágua independente sobre a costa caribenha, mas que estabelece o autogoverno indígena na Reserva Mosquita (um retângulo limitado a leste pela orla marítima desde o local da atual Puerto Cabeças até Bluefields; a oeste pelo meridiano de 84°15' W; e ao norte e ao sul por rios). Mas em 1894 se extingue o regime especial que governava a reserva. O resto de domínio inglês cede lugar à forte influência dos Estados Unidos, cujas empresas exportadoras de banana atuam na região até 1930, quando a produção decaiu devido à grande depressão econômica, à sigatoca (doença das bananeiras provocada pelo fungo *Cercospora musae*) e aos ataques das forças de Sandino. A exploração da madeira, que já se fazia desde o período colonial, se intensificou pelas necessidades da construção civil nos Estados Unidos, protegida por isenção de impostos, ferrovia e porto de embarque próprios. Também declinou por volta de 1930 pelas mesmas razões. O mesmo período ainda foi marcado pela extração de ouro na região. A mesma autora tem também um artigo sobre esse período (Oro de Solórzono, 1993b).

Bernard Nietschmann (1973), num detalhado estudo geográfico orientado antropológicamente que focaliza uma comunidade misquito localizada na restinga que separa do mar a laguna Pérolas, também oferece um histórico das relações interétnicas (pp. 23-44), concedendo especial atenção à pesca da tartaruga com fins comerciais, que perdurou dos meados do século XVII aos meados do século XX. Duas são as espécies que foram objeto desse comércio: a tartaruga verde (green turtle, *Chelonia mydas*) e a tartaruga bico de gavião (hawkbill turtle, *Eretmochelys imbricata*). A primeira era procurada pela carne, que no período colonial se destinava à alimentação dos

trabalhadores escravos nas Antilhas, sendo as ilhas Cayman o centro promotor desse tipo de pesca. A outra era procurada sobretudo pelo valor comercial de seu casco.

Nos dias de hoje a tartaruga verde continua a ser um importante item na alimentação dos misquitos.

Ramas e sumos. Dada a expansão dos misquitos com o apoio político e comercial britânico, os outros grupos indígenas da região foram dizimados no apresamento como escravos, do que não escaparam os ramas e os sumos. Estas atividades predatórias também deram oportunidade a que uma parte dos índios objeto de apresamento acabassem por serem absorvidos, pela miscigenação, à população misquito, que incorporou também negros escravos que por fuga ou naufrágio vinham dar à costa.

Ramas e sumos que escaparam à ação escravagista continuam a manter atualmente suas próprias comunidades, os primeiros a oeste dos misquitos, no interior da planície oriental da Nicarágua; os segundos, ao sul dos misquitos, junto à costa nicaraguense.

Os ramas, que são os representantes mais setentrionais da família lingüística chibcha na atualidade (mas há quem inclua os payas de Honduras nesta família), vivem entre a floresta e seus rios, de um lado, e a laguna de Bluefields e o mar, de outro. Mas, diferentemente dos misquitos, não se dedicavam e nem se dedicam à pesca da tartaruga. No que tange ao abastecimento de carne, voltam-se mais para a caça. O que não quer dizer que não atuem nas águas, pois têm em grande apreço a carne de um mamífero aquático que frequenta as águas da laguna, na qual, dependendo da estação, predomina a água doce dos rios ou a água salgada do mar: é o peixe-boi (*Trichechus manatus*). Um artigo de Franklin Loveland (1976) põe em destaque a oposição simbólica entre o peixe-boi e o tapir na mitologia dos ramas.

Oeste do Panamá e leste da Costa Rica

De um lado e de outro da fronteira entre Panamá e Costa Rica vivem alguns grupos indígenas, todos falantes de línguas da família chibcha. Ocupam ambas as vertentes da cadeia montanhosa que se alonga por essa estreita faixa do continente. Na Costa Rica é conhecida como serra de Talamanca, nome que não se estende à sua continuação no Panamá. Apesar disso, às vezes se vêem todas essas etnias referidas como talamanquenas.

Guaymis. No Panamá a etnia mais numerosa deste conjunto é a dos guaymis. A monografia de Philip Young (1971), resultante das pesquisas que ele realizou nos anos 60 entre os guaymis ocidentais, e que tem por título sua auto-denominação, *Ngawbe* [ŋóbe], é dedicada principalmente a sua organização social e econômica. A leitura desse texto nos mostra que os guaymis vivem em casarios (caseríos) dispersos por uma superfície erçada de colinas. Cada casario se constitui de algumas casas, geralmente de duas a seis, cujos habitantes estão ligados entre si por laços de parentesco e afinidade. A composição das casas é guiada pelo ideal da virilocalidade, mas cada novo casal escolhe onde morar segundo a disponibilidade de terras. Nem sempre vai para a casa do pai do marido, podendo dar preferência àquela onde nasceu a mãe do marido, à do irmão do pai do marido, à do pai da esposa e até mesmo uma nova casa. Assim, os moradores de uma casa podem estar organizados em diferentes tipos de família: monogâmica, poligínica, fraternal ou extensa. Os termos de parentesco se distinguem segundo a fusão bifurcada na primeira geração ascendente e se uniformizam conforme o tipo havaiano

da geração de Ego. Os parentes mais próximos genealogicamente que podem casar entre si são os primos cruzados de segundo grau. Geralmente os pais tomam a iniciativa de casar seus filhos com os de um outro casal. O homem que não tem uma irmã disponível para oferecer em troca de uma esposa tem como alternativa oferecer a filha de uma irmã. Quando o casamento não é feito por troca direta, o sogro tem a possibilidade de segurar o genro junto a si, uma vez que não há uma irmã deste na casa para compensar a saída da filha. Mais recentemente, quando o homem é atrativo e trabalhador, a mulher tende a escolher ir viver com ele, dispensando acordos entre os parentes dela e os dele. O divórcio tem menor incidência sobre as uniões resultantes de acordos. Existe um grande número de famílias poligínicas: numa amostra de 119 homens, 45 eram casados com mais de uma mulher. As uniões matrimoniais ocorrem com mais frequência entre moradores dos casarios mais próximos.

Além da coleta, da caça e da pesca, a subsistência depende principalmente da agricultura, sendo os principais cultivos o milho (semeado duas vezes por ano), bananas, arroz e feijão. O tubérculo *otoe* é plantado nas terras altas. Usando a conhecida fórmula de Robert Carneiro, Young prevê que, se a população guaymi mantiver a mesma taxa de crescimento populacional, suas terras serão insuficientes a partir de 1980.

Mas os guaymis não trabalham apenas em atividades de subsistência. Homens e mulheres criam algum gado, o delas para atender a necessidades de consumo, o deles destinado ao mercado. A produção de arroz que excede ao consumo encontra fácil aceitação pelos compradores latinos (ladinos). Os guaymis também se empregam por temporadas nas plantações comerciais de café ou de banana.

Caso os guaymis tenham estado organizados em cacicados no período pré-hispânico, estes se extinguíram no período colonial sem deixar vestígio. No tempo em que o Panamá fazia parte da Colômbia, os líderes guaymis conhecidos como governadores tinham o reconhecimento do governo. Nos anos 40, o governo panamenho substituiu os governadores por corregedores, nomeados dentre os guaymis pelos alcaides dos distritos onde se localizam os casarios. Para o desempenho do cargo de corregedor passou a exigir o conhecimento da escrita e residência no local de sua atuação. Ser alfabetizado se justificava por ser uma de suas atribuições registrar nascimentos e mortes, e era mais fácil encontrar guaymis que satisfaziam a esta condição entre os jovens. Mas os jovens não têm o prestígio dos homens maduros para satisfatoriamente dirimir disputas, que é outra atribuição do corregedor. Além disso, a obrigação legal de morar na mesma localidade priva o corregedor da devida isenção para arbitrar entre os litigantes. A forma tradicional de alcançar o prestígio que habilitava o indivíduo a exercer uma liderança era destacar-se na organização de balserias. A balseria, *krun* na língua guaymi, é um jogo em que os participantes atiram bastões feitos de madeira chamada balsa nas panturrilhas de seus oponentes que para eles voltam as costas. É uma cerimônia preparada com grande antecedência, encarregando-se o organizador de providenciar com ajuda de seus parentes e vizinhos grande quantidade de alimentos e bebida para bem receber os convidados, cujo número podia passar do milhar. Young descreveu-a neste livro (pp. 204-211) e também num outro artigo (Young, 1976). Entretanto, desde 1961 as balserias não mais se realizavam por terem sido proibidas pelo movimento político-religioso de *Mama Chi*.

Esse movimento teve início em setembro de 1961, quando a Virgem Abençoada e seu “marido” Jesus Cristo apareceram a uma jovem indígena, saídas das profundezas do

rio Fonseca e trazendo uma mensagem para os guaymis. Eles deveriam mantê-la em segredo e não divulgá-la entre os latinos. Mas a mensagem vazou. Não obstante o culto se espalhou rapidamente entre todos os guaymis, cada qual envolvido com ele de um modo ou outro. A vidente, que passou a ser chamada de *Mama Chi*, se tornou sua principal profetiza até sua morte em 1964. As disposições da mensagem deveriam ser cumpridas no prazo de cinco anos, sob pena de os guaymis sofrerem enormes desastres. Os guaymis deveriam se livrar de todos os equipamentos da civilização latina. Esse preceito não foi interpretado com o mesmo grau de exigência por todos os guaymis. Ninguém deixou de usar roupas de tecidos de origem industrial, nem os instrumentos de ferro ou panelas de alumínio. Alguns acataram as recomendações de não registrar nascimentos e mortes junto aos corregedores, abandonar as cédulas de identidade, tirar as crianças das escolas, sobretudo onde o professor não era guaymi, trazer de volta para a casa os filhos que temporariamente moravam em casas de latinos, não visitar as cidades, não vender gado aos latinos, mas usá-lo na subsistência, ou então consumir bovinos e porcos para evitar a necessidade de cerca e litígios por terra. Tais recomendações, se plenamente acatadas, operariam no sentido de uma restauração da cultura guaymi. Mas havia outras que atuariam no sentido de modificá-la: a proibição das balserias (certamente para evitar brigas) e chicherias (as bebidas alcoólicas ficavam proibidas) e o estímulo a um sentimento de fraternidade pan-guaymi, tratando-se todos pelos termos correspondentes a irmão e irmã, e a viverem como bons cristãos, além do estabelecimento do sábado (dia em que ocorreu a primeira visão) como dia de descanso e oração. Algumas casas de diferentes localidades foram indicadas como templos, sendo a principal a da própria vidente *Mama Chi*. A princípio o movimento teve um acentuado caráter religioso e os xamãs assumiram a posição-chave de *predicadores*. Após a morte da vidente, o movimento tomou um caráter mais político, quando indígenas com alguma instrução escolar formal e militantes em favor do melhoramento das condições econômicas e sociais dos guaymis começaram a nele influir ou até assumir posições. Não havia porém unanimidade quanto a seus objetivos e nem uma coordenação geral de seus esforços, tendo havido, por parte de alguns desses grupos, aclamação de rei, desenho de bandeira e elaboração de uma constituição. Em 1966 terminou o prazo de cinco anos previsto pela vidente para surgirem as desgraças que deveriam cair sobre quem não havia seguido seus preceitos, sem que nada acontecesse de especial nem para os fiéis e nem para os infiéis. Mas o movimento continuou e por volta de 1970 estava pendendo novamente para seu lado religioso.

Bribris e cabécares. Em seu livro sobre o nascimento e a morte entre os bribris da Costa Rica, María Bozzoli (1979) discute a relação destes com os cabécares, que alguns autores do passado tinham como submissão dos segundos aos primeiros, que teriam sido seus conquistadores. Diz-nos a autora que os cabécares têm seus assentamentos mais para o interior, mais nas montanhas, mais dispersos que os dos bribris, e se mantiveram por mais tempo na mata. Seus cultivos, modos de construir as moradas, animais domésticos, costumes matrimoniais, sistemas de cura, são os mesmos dos bribris. Nas duas vertentes da serra de Talamanca eles mantêm uniões matrimoniais com os bribris e conhecem os clãs destes com os quais podem ou não se casar. Conclui, pois, a autora que, tendo em vista o parentesco e a organização política e religiosa, é mais adequado considerar bribris e cabécares como uma só unidade tribal (pp. 63-83).

María Bozzoli arrola os numerosos clãs bribris e indica algumas das características de cada um. Eles são matrilineares e se distribuem em metades exogâmicas. O casamento se faz entre primos cruzados bilaterais e a residência é matrilocal.

Os clãs eram hierarquizados e certas especialidades correspondiam a clãs bem determinados. Essa hierarquia durou até a terceira década do século XX. Havia um líder geral, /useköl/ na grafia da autora, que estabelecia períodos de jejum e a quem as pessoas comuns não podiam se dirigir. Abaixo dele em hierarquia estavam os cantores funerários. Havia também os coveiros (e ainda os há), chefes guerreiros (de três categorias: jaguares, macacos coloridos e “de duas cabeças”), curandeiros. Dos indivíduos que ocupavam as posições hierárquicas mais altas é que parecem ter surgido os chamados “reis” do século XIX (pp. 41-57 e 64).

Mas o tema principal do livro de María Bozzoli é o nascimento e a morte. Por isso se demora nos cuidados a serem tomados pela mulher gestante, cujo estado é considerado perigoso para aqueles que com ela convivem. Descreve como a mulher pare sozinha numa cabana a uns cem metros da casa, onde permanece por um mês, depois se mantendo por mais um mês mais perto da casa, até que entre nesta, mas tomando por ainda mais um mês cuidados especiais, prazos que se têm reduzido em tempos mais recentes (pp. 94-107).

Tradicionalmente, ao ocorrer um falecimento, os mais chegados se reuniam em torno de uma mecha de algodão, onde cada qual ia enfiando uma hastilha ou depositando uma semente conforme lembrava um determinado ato do falecido. Essa mecha, depois de enrolada, era colocada sobre o peito do morto. O coveiro ritual e seus aprendizes dirigiam todos os atos necessários, tomavam todas as iniciativas, ignorando o dono e demais moradores da casa. O cadáver, envolvido em uma manta de cortiça (*Calathea sp.*), era levado para bem longe e ficava na floresta, insepulto, mas protegido dos animais por um tapume de galhos. Um ano depois se realizava o recolhimento dos ossos, que eram trazidos para a casa, onde se fazia uma grande festa, com farto consumo de alimentos e bebidas. Dias depois os ossos eram depositados em uma sepultura comum a todo o clã, junto à qual se fazia o sacrifício de uma arara. Hoje os procedimentos estão modificados. O corpo já não fica insepulto na primeira fase dos ritos funerários, mas mesmo assim se toma cuidado para que não toque a terra (pp. 108-137).

Anja Nygren (1990/91) analisou uma versão do mito da origem da terra que acentua a distinção entre os bribris e os brancos. Os bribris nasceram dos grãos de milho semeados numa terra que é resultante do esmagamento, pelos seres sobrenaturais, de uma menina-anta muito grande. Os brancos, por sua vez, se originam de uma pessoa modelada com essa terra. Ao promover essa criação, Deus ou Sibú, de quem era parente a menina-anta, estabeleceu um regime que proporciona mais acesso a tecnologia, recursos naturais e fruição intelectual aos brancos e restringe instrumental, espacial e ritualmente os bribris. Estes são mais enraizados; aqueles se expandem como o pó e a formiga *Atta cephalotes*.

Por sua vez, Enrique Margery Peña (1993) examina dois mitos cabécares que transcreve na língua nativa com tradução literal, comparando as versões que apresenta com outras também cabécares ou então bribris. Um dos mitos envolve a transformação de periquitos em mulheres que recebiam peixes de tigres da água (ariranhas ou lontras?); relaciona-se à criação de certos clãs cabécares. O tema do outro é a proibição do incesto sob pena de os infratores serem devorados por cobras e outros répteis.

Bibliografia

- Bozzoli, María E. 1979. *El Nacimiento y la Muerte entre los Bribris*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica.
- Coelho, Ruy. 1964. "Os Karaib Negros de Honduras". *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. 15, pp. 7-212. São Paulo.
- Cosminsky, Sheila. 1976. "Carib-Creole relations in a Belizean community". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp.95-114.
- Davison, William V. 1976. "Black Carib (Garífuna) habitants in Central America". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp. 85-94.
- "Estatuto de la Autonomía de las Regiones de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua" (de 2/9/1987). Transcrito em *América Indígena*, vol. 53, nº 1/2, pp. 315-325. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1993.
- GONZALEZ, Nancie L. 1979. "Sex preference in human figure drawings by Garífuna (Black Caribs) children". *Ethnology* 18 (4): 355-364.
- Haseman, George, Gloria Lara Pinto & Fernando Cruz Sandoval. 1996. *Los índios de Centro América*. Madrid: Editorial Mapfre.
- Helms, Mary W. 1976. "Introduction". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp. 1-2.
- HELMS, Mary W. 1981. "Black Carib domestic organization in historical perspective: Traditional origins of contemporary patterns". *Ethnology* 20 (1): 77-86.
- Jaén, Bernardo. 1995. "Los pueblos indígenas y sus recursos naturales en Panamá". *América Indígena*, vol. 55, nº 4, pp. 87-111. México: Instituto Indigenista Interamericano. [O autor é ngöbe].
- Johnson, Frederick. 1948a. "Central American cultures: An introduction". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 4, pp. 43-68. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. [Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963].
- Johnson, Frederick. 1948b. "The post-conquest ethnology of Central America: An introduction". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 4, pp. 195-217. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. [Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963].
- Johnson, Frederick. 1948c. "The Caribbean lowland tribes: The Talamanca division". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 4, pp. 231-251. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. [Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963].
- Kirchhoff, Paul. 1948. "The Caribbean lowland tribes: The Mosquito, Sumo, Paya, and Jicaque". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 4, pp. 219-229. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. [Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963].
- Kirchhoff, Paul. 1968. "Mesoamerica: Its geographic limits, ethnic composition and cultural characteristics". Em *Heritage of Conquest: The Ethnology of Middle America* (Sol Tax and the members of the Viking Fund Seminar on Middle American Ethnology). New York: Cooper Square Publishers. pp. 17-30. [Original (em alemão?) de 1943].
- Loveland, Franklin O. 1976. "Tapirs and manatees: Cosmological categories and social process among Rama Indians of eastern Nicaragua". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp. 67-82.
- Margery Peña, Enrique. 1993. "Dos leyendas cabécares". *Mitológicas* 8: 23-35. Buenos Aires: Centro Argentino de Etnología Americana.

- Méndez, Pedro. 1995. "El indio Buglé de Panamá". *América Indígena*, vol. 55, n° 4, pp. 119-136. México: Instituto Indigenista Interamericano. [O autor é buglé].
- Minelli, Laura Laurencich. 1976. "Mesoamerican influences among Talamanca and Western Guaymí Indians". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp. 55-65.
- Nietschmann, Bernard. 1973. *Between Land and Water: The subsistence ecology of the Miskito Indians, eastern Nicaragua*. New York e Londres: Seminar Press.
- Nygren, Anja. 1990/91. "La percepción del indígena Bribri sobre el Blanco y sobre sí mismo: Una interpretación sobre el mito 'El origen de la Tierra'". *Scripta Ethnologica* (Supplementa) 11: 49-55. Buenos Aires: Centro Argentino de Etnología Americana.
- Oro Solórzono, Flor de. 1993a. "La colonización inglesa de la costa caribe de Nicaragua, 1633-1787". *América Indígena*, vol. 53, n° 1/2, pp. 41-60. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- Oro Solórzono, Flor de. 1993b. "Reincorporación y saqueo de la Mosquitia". *América Indígena*, vol. 53, n° 1/2, pp. 61-80. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- OWEN, Nancy H. 1975. "Land, politics, and ethnicity in a Carib indian community". *Ethnology* 14 (4): 385-393. [sobre os caribes de Dominica].
- Stone, Doris. 1948. "The northern highland tribes: The Lenca". Em *Handbook of South American Indians*, vol. 4, pp. 205-217. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. [Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963].
- Young, Philip D. 1971. *Ngawbe: Tradition and Change among the Western Guaymí of Panama*. Urbana, Chicago e Londres: University of Illinois Press.
- Young, Philip D. 1976. "The expression of harmony and discord in a Guaimí ritual: The symbolic meaning of some aspects of the *Balsería*". Em *Frontier Adaptations in Lower Central America* (Mary W. Helms & Franklin O. Lowland, orgs.). Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues. pp. 37-53.

BORDA OCIDENTAL DO CARIBE				
Etnônimo	Classificação lingüística	População	Data	Fonte
Jicaque Tolupán Tol	jicaque (isol.)	9.617 HR [a]	2001	SEH
Paya Pech	paya (isol.)	3.848 HR [a]	2001	SEH
Garífuna Caribes Negros	aruaque	46.448 HR [a] 12.000 BE 15.000 GL 1.750 NC	2001	SEH Mar: 167 Mar: 219 Mar: 225
Miskíto	misumalpa	175.000 NC 51.607 HR [a]	2001	Mar: 225 SEH
Sumu Tabanca		9.000 NC 2.463 HR [a]	2001	Mar: 225 SEH
Rama	chibcha	850 NC		Mar: 225
Bribri		9.645 CR	2000	Solano
		2.521 PN	2000	CEPAL
Térraba Teribe		621 CR	2000	Solano
		3.305 PN	2000	CEPAL
Boruca Brunka		2.017 CR	2000	Solano
		9.861 CR	2000	Solano
Cabecar		1.006 CR	2000	Solano
Huetar		460 CR	2000	Solano
Maleku Guatuso		17.731 PN	2000	CEPAL
Bugle		993 PN	2000	CEPAL
Bokota		2.563 CR	2000	Solano
Ngöbe Guaymí		169.130 PN	2000	CEPAL

Abreviaturas e notas do quadro

[a] → A população indígena no censo hondurenho de 2001 está extremamente reduzida, se comparada aos números indicados por Mar: 222 para 1993: 32.500 jicaques, 13.900 pech, 220.000 garífunas, 110.000 misquitos, 15.000 sumus.

BE → Belize.

CEPAL → “Los Pueblos Indígenas de Panamá: Diagnóstico sociodemográfico a partir del censo del 2000”. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2005, Quadro III.5, p. 37. Em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/22277/LCW20-panama.pdf>

CR → Costa Rica.

GL → Guatemala.

HR → Honduras.

Mar → MATOS MAR, José. 1993. “Población y Grupos Étnicos de América. 1994”. *América Indígena* 53 (4): 155-234. México: Instituto Indigenista Interamericano.

NC → Nicaragua.

PN → Panamá.

SEH → Secretaría de Educación de Honduras. “Plan para los Pueblos Indígena y Afro-hondureños”. Quadro A 10.1. Em http://www.se.gob.hn/index.php?a=Webpage&url=plan_ind_gari_afroh

Solano → SOLANO, Elizabeth. “La población indígena de Costa Rica según el censo 2000.” Em: <http://ccp.ucr.ac.cr/noticias/simposio/pdf/solano.pdf> Quadro 3, p. 363, ou <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/13143/9.pdf>, Quadro 10, p. 244.

[Página inicial](#)

[Lista das áreas](#)